



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM FISIOTERAPIA
CNPJ: 04.955.276/0001-84

NOTA PÚBLICA CONTRA A AMEAÇA À POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Diante da divulgação do documento denominado “Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil” e da tentativa do Ministério da Saúde em revogar cerca de cem portarias sobre Saúde Mental, editadas entre 1991 e 2014, a Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia (ABENFISIO) vem a público manifestar repúdio frente a essa diretriz que fere os direitos humanos, as atuais políticas públicas em saúde mental e as evidências científicas a respeito do cuidado em saúde mental. Tal documento propõe mudanças significativas no modelo de atenção tecno-assistencial, contrariando os movimentos históricos da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, que embasam, cientificamente, a oferta do cuidado em liberdade, de caráter multidisciplinar e interprofissional. Os principais retrocessos dessa nova proposta seriam: investimento na abertura de leitos em hospitais psiquiátricos e incentivo a internações prolongadas; implantação massiva de ambulatórios médicos em detrimento do cuidado produzido nos CAPS; a extinção dos Serviços Residenciais Terapêuticos, dos Consultórios de Rua e das Unidades de Acolhimento, transferindo o acompanhamento dos territórios para os manicômios e comunidades terapêuticas, que adotam abordagem não humanizada e severa restrição da autonomia.

Somos à favor de uma Política de Saúde Mental que sustente os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, formada por ampla rede de cuidado, constituída por serviços articulados e intensa atuação territorial, com presença de equipe multi/interprofissional, junto às demais redes de atenção. As atuais políticas vigentes em nosso país, (à exceção da portaria de 2017, que deu abertura ao atual retrocesso) fruto da mobilização de trabalhadores, usuários, movimentos sociais e de gestores, vêm mostrando a importância do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para o cuidado de usuários em sofrimento psíquico e/ou em uso de álcool e outras drogas. O cuidado não pode estar centrado em uma lógica ambulatorial, hospitalocêntrica e no médico psiquiatra, repetindo o modus operandi dos antigos manicômios, marcados em nossa história como um dos holocaustos brasileiros.

Ademais, uma proposta com tal dimensão, que irá afetar a saúde de usuários e a prática dos profissionais de saúde, exige a participação social, com ampla divulgação para a sociedade civil organizada e toda a população brasileira.

Convidamos a todos e todas, e em especial, às instituições de ensino, estudantes, docentes e profissionais da área da saúde para juntarem -se a nós, em defesa da saúde mental dos brasileiros, do cuidado humanizado, digno, em liberdade e do SUS.

Seguimos defendendo que todas as vidas valem a pena. Não às tentativas de desmonte das políticas de saúde mental!

São Paulo, 09 de dezembro de 2020

Coordenação Nacional

Colaboradores da nota: Janainny Magalhães Fernandes; Laís Alves de Souza; Marcio Costa de Souza; Noêmia Fernanda Santos Fernandes; Paula Bertoluci Alves Pereira